

Daniel Norte Giebels

A INQUISIÇÃO  
DE LISBOA  
(1537-1579)

gradiva

# Índice

<i>Prefácio</i> .....	11
<i>Introdução</i> .....	15

## PARTE I

### ESTABELECIMENTO DA INQUISIÇÃO DE (EM) LISBOA

1. A entrada da Inquisição em Portugal — causas e consequências.....	29
1.1 Convertidos na fé: a causa cristã-nova.....	29
1.2 De Wittenberg a Trento — a causa protestante .....	42
1.3 Do projeto régio à cedência papal .....	50
1.4 As consequências de uma reorganização jurisdicional e social.....	59
2. Singularidades de um tribunal distrital.....	71
2.1 A precedência da mesa de Lisboa (1537-1544) .....	71
2.2 A afirmação de uma centralidade (1545-1564).....	93
2.3 Um tribunal a par do Conselho Geral (1565-1579).....	103

## PARTE II

### A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO TRIBUNAL

3. Ministros e oficiais .....	115
3.1 Evolução do quadro humano.....	116
3.2 Perfis sociais e prosopografias .....	131
3.3 Compensações financeiras.....	142

3.4	Privilégios, mercês e esmolas .....	154
3.5	Mecanismos de vigilância interna.....	161
4.	Espaços e vivências.....	173
4.1	Infraestruturas e implantação urbanística.....	174
4.2	Espaços de audiência e arquivo.....	184
4.3	Espaços de doutrinação.....	187
4.4	Espaços de reclusão.....	189
5.	Vida económico-financeira .....	211
5.1	A edificação de uma tesouraria inquisitorial (1536-1554) ....	213
5.2	Em busca de um novo modelo de financiamento (1554-1568).	223
5.3	O confisco e as expectativas goradas de um novo paradigma (1568-1579).....	227
5.4	Os trâmites do confisco.....	243

### PARTE III

## A INQUISIÇÃO DE LISBOA EM AÇÃO

6.	Fontes de informação e mecanismos de vigilância.....	251
6.1	As fontes de informação da Inquisição .....	251
6.2	A evolução da rede dos tribunais distritais.....	256
6.3	Visitas distritais .....	266
6.4	Visitas às livrarias .....	272
6.5	Visitas às naus.....	284
7.	O processo na mesa de Lisboa .....	288
7.1	Normativa e particularidades do processo inquisitorial .....	288
7.2	Os trâmites processuais.....	302
8.	Atividade repressiva .....	317
8.1	Evolução geral dos índices repressivos .....	317
8.2	As práticas e crenças perseguidas.....	329
8.3	Sociologia dos condenados.....	358
8.4	Processos e relações de poderes.....	371

9. Cobertura territorial e relações de cooperação com outros poderes.....	400
9.1 Arcebispado de Braga.....	401
9.2 Bispado de Miranda .....	406
9.3 Bispado do Porto.....	411
9.4 Bispado de Lamego .....	412
9.5 Bispado de Viseu .....	414
9.6 Bispado de Coimbra.....	416
9.7 Arcebispado de Lisboa .....	418
9.8 Bispado de Leiria.....	429
9.9 Bispado da Guarda.....	432
9.10 Prelazia de Tomar e o priorado do Crato.....	437
9.11 (Arce)bispado de Évora e Portalegre .....	442
9.12 Bispado do Algarve .....	444
9.13 Espaços do Império .....	449
10. As penas cominadas pela Inquisição de Lisboa .....	464
<i>Conclusão</i> .....	487
<i>Siglas e abreviaturas</i> .....	499
<i>Fontes</i> .....	501
<i>Bibliografia</i> .....	511

# Prefácio

Este livro vem responder a um vazio historiográfico no campo dos estudos sobre o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, uma das mais poderosas, marcantes e enigmáticas instituições portuguesas no período moderno. Por estranho que tal possa parecer, tendo em consideração o interesse que a sua história desta instituição concitou em Portugal desde os anos 80 do século xx, a Inquisição de Lisboa, instância de inequívoca centralidade na estrutura funcional do temível aparelho de vigilância da fé, nunca tinha sido objeto de uma investigação sólida sobre a sua génese, atuação e funcionamento.

Académicos competentes, atentos e inspirados nos modelos analíticos oriundos da vizinha Espanha, já tinham publicado, entre 1987 e 2001, obras decisivas sobre os tribunais distritais de Évora e Coimbra, os principais que, para além do de Lisboa, estruturaram a rede da ação inquisitorial em Portugal. Até as efémeras mesas abertas e pouco depois encerradas em Tomar, Lamego e Porto na primeira metade do século xvi, haviam já merecido atenção individualizada. De igual modo, o único Tribunal da Inquisição portuguesa implantado nos longínquos espaços do império ultramarino, o de Goa, ativo entre 1560 e 1812, merecera publicação de livros ainda hoje incontornáveis. O primeiro, da autoria de António Baião, pioneiro deste tipo de abordagem em Portugal, e o segundo, redigido por Ana Cannas da Cunha, respetivamente em 1930 e em 1995. Faltava Lisboa. Este livro, da autoria de um jovem e promissor historiador, vem resolver, e com brilho, essa lacuna, propiciando

uma primeira imagem coerente e abrangente das primeiras quatro décadas de vida daquela que foi uma instância central do Santo Ofício português. Este facto, só por si, justificaria a presente edição e um coro de louvores. Não obstante, os méritos de *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)* não se restringem ao ineditismo da ocupação de um território inexpugnado.

Excetuando a obra de Baião sobre Goa, todos os outros estudos sobre tribunais distritais resultaram de sólidas investigações de perfil académico, destinadas a provas de doutoramento e mestrado em universidades portuguesas, testemunho da relevância da empresa e da valia dos resultados alcançados. Não foge a esta configuração a obra que a Gradiva, prestigiada editora de trabalhos científicos, vem em boa hora cancelar. O estudo que o leitor terá agora a oportunidade de apreciar é fruto de aturadas pesquisas realizadas ao longo de cerca de seis anos nos ricos acervos ainda preservados dos cartórios da Inquisição de Lisboa, atualmente custodiados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sólidas e originais pesquisas, como é imperioso que suceda na produção histórica, não só foram propiciadoras de muitas novidades, como foram enquadradas por um amplo domínio da ampla bibliografia existente e ancoradas em rigorosas e atualizadas metodologias, tudo escrutinado por um qualificado júri de especialistas em estudos inquisitoriais que reconheceu o elevado nível dos resultados alcançados.

Nos tempos que correm, há em certos setores da sociedade dita da informação a tendência para considerar que os trabalhos académicos assumem linguagens, teorizações e têm uma densidade analítica que os tornam desinteressantes, senão impercetíveis, para um público não especializado na respetiva área científica. Daqui decorre a noção de que não merecem ser publicados, nem conhecidos para além das paredes das instituições universitárias onde germinaram. Pode não ser assim, e no caso da História, até pela relevância social deste conhecimento, é imperioso que não seja assim. Este livro é eloquente testemunho que contraria esta suposta inevitabilidade, porquanto é servido por linguagem aces-

sível, raciocínios clarividentes, argumentação bem fundamentada, conciliando o rigor científico que as academias devem impor, com a capacidade de divulgação para a sociedade que esta deve exigir dos académicos. Daí que a leitura deste livro seja atraente e adequada a todos quantos, no mundo universitário e fora dele, se interessem por conhecer e entender a história da Inquisição de Lisboa e os impactos que teve nas vidas de milhares de pessoas da cidade, da região, e de territórios que iam desde a Guarda até Cabo Verde ou ao Brasil, porquanto o espectro da geografia de ação da mesa de Lisboa foi vastíssimo, como neste livro adequadamente se explicita.

Neste breve prefácio é ainda imperioso assinalar que a visão da Inquisição de Lisboa que Daniel Giebels vem disponibilizar rasga novos horizontes, ao articular, de forma coerente e sistemática, múltiplas dimensões da vida do tribunal que se embrincam e articulam entre si, conferindo-lhe identidade e assumindo-se incontornáveis para a sua completa caracterização. Deste modo, aqui se mostrará a precocidade do funcionamento da Mesa de Lisboa, ativa desde os alvares de 1537, poucos meses após a publicação na cidade de Évora da bula de fundação da Inquisição portuguesa. Essa precocidade foi contribuindo para a afirmação de um tribunal que, por estar fisicamente próximo do Conselho Geral e facilmente dialogar com os seus ministros e com o inquisidor-geral, se foi gradualmente impondo como guia orientador dos caminhos que outros tribunais distritais seguiram. Além disso, na robusta e original segunda parte do livro, para além de se enfrentar a difícilíssima reconstituição da vida económica da instituição — não olvidando os mecanismos de confisco de bens e os procedimentos de registo das receitas e despesas —, descobrem-se os espaços físicos da Inquisição de Lisboa, e o corpo de agentes que o serviram. Neste último plano, para além de identificar e quantificar esses indivíduos, traça-se uma biografia coletiva das suas origens sociais, carreiras, formação escolar, salários auferidos e privilégios com que eram distinguidos, naquele que é um dos mais completos retratos dos ministros e oficiais da Inquisição portuguesa até hoje produzido.

Não escaparam a este olhar panótico da Inquisição de Lisboa, as diversas estruturas de territorialização da sua atividade, com especial destaque para as visitas ao território, a livrarias e aos navios, nem a definição das geografias de intervenção e o modo como nesses distintos territórios a Inquisição se articulou, coope-rou ou desentendeu com outros poderes, nomeadamente os bispos das dioceses, com quem o Santo Ofício teve de partilhar a vigilância dos fiéis católicos. Agentes, espaços, orgânica funcional e processual que serviram para desencadear estratégias repressivas face àqueles que à luz dos cânones da Igreja resvalavam para comportamentos que configuravam heresias ou visavam impedir a atuação da Inquisição. Também essas estratégias, os ritmos dos delitos perseguidos e a caracterização sociológica das vítimas desta ação são aqui contemplados.

Ao encerrar este ambicioso percurso, Daniel Giebels conclui que a Inquisição de Lisboa pode ser entendida «como a oficina experimental, o epicentro da dinâmica de uma instituição a partir de onde as suas ondas de choque se propagavam aos restantes territórios», constituindo-se, juntamente com o Conselho Geral, como o «bastião» de governo da Inquisição. Este desenho foi concebido por D. Henrique, o segundo inquisidor-geral, que comandou os destinos do Santo Ofício entre 1540 e 1578. Foi sempre assim posteriormente? Este livro abre pistas para aprofundar um debate futuro que reclama a prossecução do estudo da história da Inquisição lisboeta após 1579. A explicitação deste desafio é outro dos seus grandes méritos.

Coimbra, 30 de Maio de 2018

JOSÉ PEDRO PAIVA

# Introdução

Em 1987, foi publicado o primeiro estudo monográfico sobre um tribunal distrital da Inquisição portuguesa, o de Évora, obra da lavra do insigne historiador António Borges Coelho. Foi preciso esperar uma década até que outros tribunais conhecessem semelhante estudo. O do tribunal goense, da autoria de Ana Cannas Cunha, e o do tribunal coimbrão, de Elvira Mea, foram publicados, respetivamente, em 1995 e 1997<sup>1</sup>. Dos quatro tribunais inquisitoriais portugueses que tiveram maior durabilidade e impacto, o de Lisboa continuou, depois disso, a ser o único a carecer de uma análise institucional global feita a partir de uma metodologia rigorosa. A obra que aqui se apresenta encerra assim o ciclo principiado há três décadas, não deixando, por isso, de ensaiar novas perspetivas

---

<sup>1</sup> Ver COELHO, António Borges — *A Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*. Lisboa: Editorial Caminho, 1987, 2 vols; CUNHA, Ana Cannas — *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*. Lisboa: ANTT, 1995; MEA, Elvira, *A Inquisição de Coimbra no Século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1997. Mais recentemente, foi defendida uma tese sobre o tribunal de Lamego, ver FERREIRA, Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas — *O Tribunal da Inquisição de Lamego: Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2012. Para o tribunal do Porto ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro, Porto, in PROSPERI, Adriano (dir.) — *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, 2010, vol. III, pp. 1240-1241. Para o de Tomar ver MARCOCCI, Giuseppe, Tomar, in PROSPERI, Adriano (dir.) — *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, 2010, vol. III, pp. 1584-1585.

de análise que os caminhos mais recentes da historiografia sobre o Santo Ofício foram, entretanto, reclamando.

O funcionamento do tribunal inquisitorial de Lisboa não era, à data do arranque desta investigação, inteiramente desconhecido. Não se pode ignorar uma herança historiográfica, construída em mais de um século, que, embora partindo de diferentes objetivos e perspetivas, permitiu conhecer alguns aspetos particulares à vida daquela instituição, ainda que, na sua maioria, fossem alusivos à sua atividade repressiva<sup>2</sup>. Uma reconstituição integral da Inquisição de Lisboa feita a partir destas leituras parciais, trabalho já experimentado por Bruno Feitler em 2010, revelava, finalmente, como o conhecimento que se tinha sobre aquela era ainda bastante fragmentário e incipiente<sup>3</sup>. E embora se possa considerar que, a respeito de algumas vertentes, o que atualmente se sabe dos tribunais de Évora, Coimbra e Goa tenha limites, estes seriam bem mais flagrantes no caso do tribunal lisboeta. Desconhece-se, por exemplo, a sua vida económico-financeira, o impacto recíproco entre a atividade repressiva e a organização dos tribunais distritais, ou a adaptação da *praxis* processual às conjunturas e a sua dialética com as disposições normativas<sup>4</sup>. Estas limitações tornam-se ainda mais graves

---

<sup>2</sup> Destaco os dois estudos de Maria Paula Marçal Lourenço: Para o estudo da actividade inquisitorial no Alto Alentejo: a visita da Inquisição de Lisboa ao bispado de Portalegre em 1578-1579. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, 3 (1989) 109-138; Uma visita da Inquisição de Lisboa: Santarém (1624-1625). In *Actas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Universitária Editora, 1989, vol. 2, pp. 567-595. Ver também RIBEIRO, Paula — *Um estudo sobre a Inquisição de Lisboa: O Santo Ofício na Vila de Setúbal — 1536-1650*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Sobre os Autos da fé ver: PEREIRA, Isaiás Rosa *et* alunos — *Notas sobre a Inquisição em Portugal no Século XVI*. Separata de Lusitânia Sacra. Lisboa, 1978.

<sup>3</sup> Ver FEITLER, Bruno — Lisbona, in PROSPERI, Adriano (dir.) — *Dizionario...*, *cit.*, vol. II, pp. 923-924.

<sup>4</sup> No que respeita à vida económico-financeira, já existe, para o caso espanhol, o estudo de MARTÍNEZ MILLÁN, José — *La Hacienda de la Inquisición (1478-1700)*. Madrid: Instituto Enrique Flórez — Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984. Em Portugal, só mais recentemente se prin-

quando se colocavam para o período de estabelecimento do Santo Ofício, tempo em se processaram as necessárias afinações à máquina inquisitorial, e, nessa matéria, o tribunal de Lisboa impunha-se como um incontornável objeto de estudo, pela sua precedência em relação à rede de tribunais e, sobretudo, pela sua aparente centralidade. A experiência desta mesa parece ter sido, em muitos aspetos, decisiva para a organização do Santo Ofício. Em última análise, e relembando Francisco Bethencourt quando diz que o estabelecimento da Inquisição em Portugal veio a criar profundas alterações no campo religioso, o desconhecimento dos contornos do tribunal inquisitorial de Lisboa concorria para uma indefinição da dinâmica intrínseca desse mesmo campo, mais especificamente naquele que os limites da sua jurisdição circunscreviam<sup>5</sup>.

Considerando estes aspetos, tornava-se imperativo apresentar um estudo integral sobre as primeiras quatro décadas de funcionamento da Inquisição de Lisboa.

Apesar de ter sido estabelecida em 1537, a Inquisição de Lisboa foi, tal como toda a macroestrutura do Santo Ofício, organi-

---

cipiou, pelas mãos de Bruno Lopes, um projeto de doutoramento dedicado à tesouraria inquisitorial, embora não se debruce sobre o período desta tese. Esta temática ainda foi abordada, embora superficialmente, em CRUZ, Maria Leonor Garcia da — Relações entre o poder real e a Inquisição (sécs. XVI-XVII): fontes de renda, realidade social e política financeira, in BARRETO, Luís Filipe *et al.* (coords.) *Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância*. Lisboa-São Paulo: Prefácio, 2007, pp. 107-126. Destaque-se ainda o contributo de Ana Isabel López-Salazar e Giuseppe Marcocci em *Struttura economica: Inquisizione portoghese*, in PROSPERI, Adriano (dir.) — *Dizionario...*, *cit.*, vol. III, pp. 1537-1541. A análise da estrutura processual, embora seja repetida em vários estudos, foi objeto de particular atenção em FARIA, Ana Santiago de — Processo inquisitorial e processo régio: semelhanças e diferenças (o caso português). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13 (2013) 269-289 e MEA, Elvira — O Santo Ofício português: da legislação à prática, in RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia (coord.) — *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, vol. II, pp. 165-174.

<sup>5</sup> Ver BETHENCOURT, Francisco — Campo religioso e Inquisição em Portugal no século XVI. *Estudos Contemporâneos*, 6 (1984) 43-60.